



Processo nº 25.0.000005987-3

CONTRATO Nº 047/2025

Termo de Contrato que fazem entre si a DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ e G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA para prestação de serviços contínuos de condução de veículos por motoristas habilitados.

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ (DPE-PR)**, órgão público estadual independente, CNPJ nº 13.950.733/0001-39, sediada na Rua Mateus Leme, nº 1.908, Centro Cívico, Curitiba-PR, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato representada Defensor Público-Geral do Estado do Paraná, MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, CPF nº ***.178.388-**, nomeado pelo Decreto Estadual (PR) nº 5.541/2024, publicado no Diário Oficial do Paraná nº 11.644, de 22/04/2024, e

G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS LTDA, CNPJ nº 03.637.812/0001-30, sediada na Quadra 405 Norte, Avenida LO 10, Lote 38, Primeiro Andar, Sala 01, Plano Diretor Norte, Palmas-TO, CEP 77.002-000, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por MARIA SANDRA ALVES DE SOUSA, CPF nº ***.999.571-**, conforme ato constitutivo da empresa,

RESOLVEM celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Ata de Registro de Preços nº 027/2025 (Protocolo nº 25.0.000005347-6) oriunda do Pregão Eletrônico nº 90018/2025 (Processo nº 25.0.000000700-8), em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021¹ e demais normativas aplicáveis, mediante as cláusulas e as condições adiante expostas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VINCULAÇÃO

1.1. Este Termo de Contrato está vinculado, **independentemente de transcrição**, ao Instrumento Convocatório e ao Termo de Referência/Projeto Básico, incluindo os eventuais anexos desses documentos, bem como à Proposta de Preços apresentada pela CONTRATADA,

¹ Lei de Licitações e Contratos Administrativos.



os quais integram o procedimento de contratação indicado no preâmbulo deste instrumento contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a prestação de serviços contínuos de condução de veículos por motoristas habilitados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da DPE-PR, conforme discriminado na tabela a seguir e nas demais especificações que constam no Termo de Referência desta contratação:

GRUPO 1						
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
1	CATSER 15008 Contratação de empresa para prestação de serviços de condução de veículos leves, utilitários e vans, por motoristas devidamente habilitados e uniformizados, de segunda a sexta-feira e, eventualmente, aos sábados, domingos e feriados, para atender às necessidades da DPE-PR. Atividade de acordo com as Classificações Brasileiras de Ocupação (CBO) nº 7823-05 e nº 7823-10.	Posto de trabalho	9	R\$ 6.471,00	R\$ 58.238,97	R\$ 698.867,64
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA [*]	VALOR UNITÁRIO	X	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
2	CATSER 21849 Diárias estimadas (hospedagem e alimentação)	Diária	1080	R\$ 320,00	X	R\$ 345.600,00
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE ESTIMADA [*]	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	X	VALOR TOTAL ESTIMADO (12 MESES)
3	CATSER 15008 Remuneração de hora extraordinária para motorista considerando percentual máximo estimado de 120% acrescido sobre a hora trabalhada (estimativa para horas diurnas, noturnas, fim de semana e feriados).	Horas extraordinárias	4536	R\$ 34,53	X	R\$ 156.628,10
VALOR TOTAL MÁXIMO ESTIMADO (12 MESES) DO GRUPO 1:						R\$ 1.201.095,72

[*] Nota: A quantidade máxima estimada referente às diárias e às horas extraordinárias estão indicadas, respectivamente, nas tabelas das Cláusulas 2.2.1 e 2.3.3.



2.2. A prestação dos serviços objeto deste instrumento poderá ocorrer em deslocamentos fora da Região Metropolitana da Capital², conforme as condições, os prazos e demais requisitos previstos no Termo de Referência.

2.2.1. Para fins exclusivamente orçamentários, a tabela a seguir indica a estimativa da quantidade máxima de diárias integrais que embasará a formação do valor máximo estimado deste Termo de Contrato para seu período de vigência inicial de 12 (doze) meses.

QUANTIDADE DE MOTORISTAS	QUANT. MÁX. ESTIMADA DE DIÁRIAS INTEGRAIS PARA 12 MESES
1	120

2.3. A jornada semanal dos motoristas alocados nos postos de trabalho será de 44 horas, de segunda a sexta-feira das 8h às 17h48min, com intervalo de, no mínimo, 1 (uma) hora, sendo permitido à CONTRATANTE alterar os horários e estabelecer o remanejamento dos profissionais, conforme disciplinado no Termo de Referência desta contratação.

2.3.1. No caso de a execução de serviços ser realizada em horários que ultrapassem a jornada diária de trabalho de 8 horas e 44 minutos, as horas excedentes, desde que autorizadas expressamente pela CONTRATANTE e observado o limite máximo de 2 (duas) horas adicionais diárias, serão remuneradas como horas extraordinárias, de acordo com a legislação vigente que rege a matéria.

2.3.2. Eventualmente, a execução de serviços poderá ser realizada em sábados, domingos e feriados, hipótese em que as horas serão remuneradas como horas extraordinárias, conforme estabelecido pela legislação vigente e pelos instrumentos coletivos de trabalho.

2.3.3. Para fins exclusivamente orçamentários, a tabela a seguir indica a estimativa da quantidade máxima de horas extraordinárias que embasará a formação do valor máximo estimado deste Termo de Contrato para seu período de vigência inicial de 12 (doze) meses.

QUANTIDADE DE MOTORISTAS	QUANT. MÁX. ESTIMADA DE HORAS EXTRAS PARA 12 MESES
1	504

² Conforme Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, os 29 municípios que fazem parte da Região Metropolitana de Curitiba são: Adrianópolis, Agudos do Sul, Almirante Tamandaré, Araucária, Balsa Nova, Bocaiúva do Sul, Campina Grande do Sul, Campo do Tenente, Campo Largo, Campo Magro, Cerro Azul, Colombo, Contenda, Curitiba, Doutor Ulysses, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Lapa, Mandirituba, Piên, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Quitandinha, Rio Branco do Sul, São José dos Pinhais, Tijucas do Sul e Tunas do Paraná.



2.4 A prestação dos serviços objeto deste Termo de Contrato não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, sendo vedada qualquer relação entre estes que caracterize personalidade e subordinação.

2.5. A CONTRATADA deverá executar o objeto conforme as demais condições e requisitos estabelecidos no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

3.1. O prazo de vigência desta contratação é de **12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contado de 29 de agosto de 2025. Assim, a vigência deste termo é 29 de agosto de 2025 a 28 de agosto de 2026**, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

3.2. A prorrogação de que trata a Cláusula 3.1 é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a CONTRATANTE, permitida a negociação com a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

4.1. O regime de execução do objeto e as respectivas diretrizes a serem observadas pelas partes constam no Termo de Referência desta contratação.

CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. Os prazos e as condições de entrega/conclusão do objeto e o procedimento de realização dos recebimentos provisório e definitivo do objeto a serem observados pelas partes constam no Termo de Referência desta contratação e no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I deste Termo de Contrato).

CLÁUSULA SEXTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

6.1. A gestão e a fiscalização deste contrato serão exercidas pela CONTRATANTE, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos e/ou dos serviços prestados, em conformidade com o disposto no Termo de Referência desta contratação, no art. 140 da Lei nº 14.133/2021, bem como nos arts. 66 e 67 da Resolução DPG nº 375/2023³ e em seu Anexo XII, além do previsto no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo I deste Termo de Contrato).

6.2. Os responsáveis pela gestão e fiscalização deste contrato serão designados por ato administrativo próprio da CONTRATANTE – Gestor titular: Solange Pereira Bitencourt; Gestor

³ Estabelece, no âmbito da Defensoria Pública do Estado do Paraná, disposições regulamentares acerca das atribuições e procedimentos de licitações e contratos administrativos.



substituto: Marcos Garanhão de Paula; Fiscal titular: Klebson da Cruz Silva; Fiscal substituta: Elievi Regina Magalhães.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PREÇO

7.1. Os valores máximos estimados do presente Termo de Contrato **para o período de 12 (doze) meses** estão a seguir discriminados:

7.1.1. O valor máximo estimado referente aos custos dos postos de trabalho é de **R\$ 698.867,64 (seiscentos e noventa e oito mil, oitocentos e sessenta e sete reais e sessenta e quatro centavos)**.

7.1.2. O valor máximo estimado referente aos custos de diárias de viagem é de **R\$ 345.600,00 (trezentos e quarenta e cinco mil e seiscentos reais)**.

7.1.3. O valor máximo estimado referente aos custos de horas extraordinárias é de **R\$ 156.628,10 (cento e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e oito reais e dez centavos)**.

7.1.4. O valor total máximo estimado, resultante da soma dos valores indicados nas Cláusulas 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, é de **R\$ 1.201.095,72 (um milhão, duzentos e um mil, noventa e cinco reais e setenta e dois centavos)**.

7.2. Nos valores indicados na Cláusula 7.1 estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive todos os impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais, despesas com transporte, seguros, materiais, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, e/ou quaisquer outros ônus fiscais e tributários de origens federal, estadual e municipal, assim como custos referentes à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida, da geração até a destinação ambientalmente adequada dos produtos embalagens e serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com quaisquer custos adicionais.

7.3. Os valores expressos na Cláusula 7.1 são estimativos para o período de vigência deste Contrato, ou seja, serão definidos conforme as quantidades demandadas pela CONTRATANTE e efetivamente executadas e atestadas em termo de recebimento definitivo, o que constituirá a base de cálculo para a aferição dos pagamentos devidos à CONTRATADA.



CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. Para as despesas decorrentes deste contrato, indica-se a disponibilidade de recursos na seguinte Dotação Orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250). Detalhamento: 3.3.90.37.08 Motoristas, 3.3.90.37.08 Motoristas / Horas-Extras e 3.3.90.93.10 Restituições de Despesas Administrativas / Diárias de motoristas subcontratados.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.1. Observados o quantitativo, o preço, as etapas de execução e a ordem cronológica dos pagamentos da CONTRATANTE, os pagamentos serão efetuados em favor da CONTRATADA em até **30 (trinta) dias** contados a partir da data do recebimento definitivo/atesto do objeto, observados os requisitos exigidos no Termo de Referência desta contratação.

9.1.1. Para efeitos de faturamento e de pagamento, a medição dos serviços prestados será efetuada mensalmente, devendo a CONTRATADA, portanto, realizar um único faturamento mensal discriminando os valores unitários e o valor total referentes à integralidade da prestação de serviços executada no mês de referência, indicando, se for o caso, as hipóteses de faturamento proporcional (*pro rata*).

9.2. O faturamento deverá ser realizado em face do CNPJ da DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ: nº 13.950.733/0001-39.

9.3. A liberação do(s) pagamento(s) à CONTRATADA fica condicionada à apresentação do documento de cobrança e ao recebimento definitivo do objeto.

9.3.1. Se a CONTRATANTE constatar erro ou apresentação incompleta do documento de cobrança, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento será interrompido, ou seja, os dias já decorridos serão restituídos e o prazo se iniciará somente após a regularização da pendência.

9.4. A pendência de liquidação de obrigação financeira imposta em virtude de penalidade ou inadimplência poderá gerar a retenção e/ou o desconto dos pagamentos devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.



9.5. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a última data prevista para pagamento e a data correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos, mediante solicitação da CONTRATADA, e calculados, desconsiderado o critério *pro rata die*, com juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês e correção monetária pelo índice IGP-M/FGV.

9.6. A CONTRATANTE fará as retenções de acordo com a legislação vigente e/ou exigirá a comprovação dos recolhimentos exigidos por lei.

9.6.1. Eventuais encargos decorrentes de atrasos nas retenções de responsabilidade da CONTRATANTE serão imputáveis exclusivamente à CONTRATADA quando esta deixar de apresentar os documentos necessários em tempo hábil.

9.7. O pagamento das diárias de viagem aos motoristas que comprovadamente fizerem jus ao recebimento deverá ser efetuado previamente pela CONTRATADA na devida proporção de cada deslocamento, conforme previsto no Termo de Referência desta contratação e de acordo com os valores indicados na tabela a seguir:

DIÁRIAS	VALOR
Diária Integral	R\$ 320,00
1/2 Diária	R\$ 100,00
Almoço/Lanche	R\$ 50,00

9.8. Os valores efetivamente pagos a título de diárias de viagem serão reembolsados mensalmente pela CONTRATANTE à CONTRATADA desde que cumpridos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência desta contratação.

9.8.1. Para que a CONTRATANTE efetive o reembolso dos custos despendidos em diárias de viagem, a CONTRATADA deverá realizar o controle mensal dos valores pagos aos motoristas designados no mês de referência, devendo ser sanada qualquer inconsistência antes da emissão do documento de cobrança.

9.8.2. Os valores pagos a título de diárias de viagem somente serão reembolsados pela CONTRATANTE à CONTRATADA mediante apresentação de relatório e comprovação dos valores efetivamente pagos e atestados pela CONTRATANTE, observadas, ainda, as demais disposições aplicáveis desta Cláusula Nona.



CLÁUSULA DÉCIMA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

10.I. DO REAJUSTE POR ÍNDICE

10.1. Os preços inicialmente contratados referentes aos custos decorrentes do mercado (insumos) são fixos e irrevogáveis pelo prazo de **1 (um) ano** contado da **data da apresentação da proposta** vencedora desta contratação (data-base), compreendendo o período de **20/05/2025 a 19/05/2026**.

10.2. Os preços contratados serão reajustados anualmente pela CONTRATANTE mediante a aplicação da variação do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado em cada período ou, se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da CONTRATANTE.

10.2.1. Os valores resultantes de reajuste terão efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.2.2. Os valores resultantes de reajuste terão, sempre, no máximo, quatro casas decimais.

10.3. O primeiro reajuste terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de que trata a Cláusula 10.1, qual seja, **20/05/2026**.

10.4. Para eventuais reajustes subsequentes ao primeiro, a CONTRATANTE observará o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste aplicado.

10.5. Se, antes da data de início dos efeitos financeiros do reajuste, já houver sido concedida revisão contratual para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, ela será sopesada na ocasião do reajuste, visando evitar acumulação injustificada de valores.

10.6. O reajuste será concedido pela CONTRATANTE mediante apostilamento preferencialmente em até **90 (noventa) dias** após a constituição do direito.

10.7. Os valores definidos na tabela constante na Cláusula 9.7 serão reajustados conforme diretrizes estabelecidas na íntegra desta Cláusula 10.I **somente até** a edição de normativa própria da DPE-PR que fixará os valores a serem praticados para custeio de diárias de viagens no âmbito da instituição, ocasião em que, a partir do início da vigência de referida normativa, os valores indicados na referida tabela serão substituídos pelos novos valores fixados.

10.7.1. Iniciada a vigência da normativa de que trata a Cláusula 10.7, ficará afastada a aplicação da Cláusula 10.I deste Contrato, e o reajuste de valores passará a ser realizado



de ofício e somente ao tempo da entrada em vigor de atualização da normativa quanto aos valores fixados originariamente.

10.II. DA REPACTUAÇÃO

10.8. É permitida a atualização mediante repactuação dos preços inicialmente contratados, em razão da variação dos custos decorrentes de mão de obra, desde que observado o interregno mínimo de **1 (um) ano** contado da data da homologação do acordo coletivo, da convenção coletiva ou do trânsito em julgado de sentença normativa do dissídio coletivo de trabalho que embasou a composição dos valores estimados do procedimento desta contratação (data-base), compreendendo o período de **01/08/2024 a 31/07/2025**.

10.8.1. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com data-base diferenciadas, a data inicial para a contagem da anualidade será a data-base da categoria profissional que represente a maior parcela do custo de mão de obra desta contratação.

10.9. Para fins de análise, pela CONTRATANTE, acerca do cabimento e de eventual deferimento da repactuação, a CONTRATADA deverá encaminhar requerimento devidamente instruído com o novo acordo, convenção ou sentença normativa transitada em julgado do dissídio coletivo de trabalho que fundamenta a repactuação, bem como com a demonstração analítica da alteração dos custos por meio de planilha de custos e formação de preços.

10.9.1. O requerimento de que trata a Cláusula 10.9 deve ser formulado pela CONTRATADA e remetido por e-mail para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, sob pena de **preclusão**.

10.9.2. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido homologado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no Termo Aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponham dos valores atualizados, sob pena de **preclusão**.

10.9.3. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso e especialmente diante da possibilidade de ocorrência de preclusão, a referida confirmação à CONTRATANTE.



10.10. A primeira repactuação terá efeitos financeiros a partir do dia seguinte da data em que findar o período de anualidade de que trata a Cláusula 10.8, qual seja, **01/08/2025**, salvo se expressamente prevista data diversa no acordo, na convenção ou na sentença normativa transitada em julgado do dissídio coletivo de trabalho que embasa a repactuação.

10.11. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação.

10.11.1. A data da última repactuação corresponde à data em que tiveram início seus efeitos financeiros, independentemente da data apostilada.

10.12. Os efeitos financeiros da repactuação dos custos de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação, bem como ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram e apenas em relação à diferença porventura existente.

10.13. Os valores resultantes de repactuação terão sempre, no máximo, quatro casas decimais e efetiva aplicação exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

10.14. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

10.15. A CONTRATANTE decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até **90 (noventa) dias** contados da data do recebimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados.

10.15.1. Se constatada a necessidade de complementação, pela CONTRATADA, da documentação que instrui a solicitação de repactuação, o prazo previsto na Cláusula 10.15 ficará interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

10.III. DA REVISÃO

10.16. As eventuais revisões contratuais reger-se-ão em conformidade com o previsto na Lei nº 14.133/2021, na Resolução DPG nº 375/2023 e em seu Anexo XIII.

10.17. A revisão do preço original do contrato dependerá da efetiva comprovação do desequilíbrio, das necessárias justificativas, dos pronunciamentos dos setores técnico e jurídico, bem como da aprovação da autoridade competente, observando-se ainda:



10.17.1. a eventual aplicação de reajuste e/ou de repactuação, visando evitar acumulação injustificada de valores;

10.17.2. o máximo de quatro casas decimais para os valores resultantes.

10.18. A revisão contratual deverá ser requerida pela CONTRATADA durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação, conforme prevê o parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133/2021.

10.18.1. O requerimento de que trata a Cláusula 10.18, devidamente instruído, deverá ser remetido via e-mail pela CONTRATADA para a Coordenadoria de Gestão e Fiscalização de Contratações e Convênios (CFIS) da DPE-PR.

10.18.2. As comunicações e documentações encaminhadas via e-mail somente produzirão efeitos após a confirmação de recebimento enviada pela CONTRATANTE à CONTRATADA, cabendo a esta última o ônus de solicitar, se for o caso, a referida confirmação à CONTRATANTE.

10.19. A CONTRATANTE responderá ao requerimento de revisão contratual apresentado pela CONTRATADA, desde que devidamente instruído, em até **120 (cento e vinte) dias**, contados da data do recebimento do pedido, nos termos da Cláusula 10.18.2.

10.19.1. Se constatada, pela CONTRATADA, a necessidade de complementação da documentação que instrui a solicitação de revisão contratual, o prazo previsto na Cláusula 10.19 será interrompido até o recebimento dos documentos solicitados.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

11.1. A garantia de execução contratual prestada pela CONTRATADA na modalidade seguro-garantia corresponde a **5 % (cinco) por cento** do valor total do contrato indicado na Cláusula 7.1.4.

11.2. A garantia contratual prevista neste contrato assegurará:

11.2.1. o ressarcimento de prejuízos diretos e indiretos causados à CONTRATANTE decorrentes do descumprimento total ou parcial da execução do objeto e do não adimplemento das obrigações previstas neste contrato, independentemente de culpa ou dolo da CONTRATADA;

11.2.2. o pagamento de multas moratórias e punitivas aplicadas pela CONTRATANTE à CONTRATADA.



11.3. O prazo de vigência da garantia contratual deve ser igual ou superior ao prazo de vigência deste contrato, acrescido de **90 (noventa) dias**, com vistas a permitir que a CONTRATANTE possa proceder à verificação de que trata a Cláusula 11.9 e, se for o caso, executar a garantia mesmo após a extinção do contrato.

11.3.1. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se a CONTRATADA não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

11.4. A garantia contratual deverá ser readequada ou renovada, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, sempre que houver alteração/atualização do valor do contrato ou prorrogação contratual, de modo a preservar a proporcionalidade do percentual estabelecido na Cláusula 11.1.

11.5. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, a CONTRATADA obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis**, contados da data em que for notificada pela CONTRATANTE.

11.6. O atraso injustificado dos prazos indicados nas Cláusulas 11.4 e 11.5 gera, para a CONTRATANTE, o direito de aplicação de multa moratória à CONTRATADA, correspondente a 0,5% (cinco décimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso até o limite máximo de 2% (dois por cento).

11.6.1. O atraso de que trata a Cláusula 11.6 superior a **30 (trinta) dias** implica a imediata rescisão do contrato por descumprimento de seus termos, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis.

11.7. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto na Cláusula 11.8 deste contrato.

11.8. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da CONTRATANTE, a CONTRATADA ficará desobrigada de renovar a garantia contratual até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela CONTRATANTE.

11.9. A garantia contratual será liberada ou restituída após a verificação pela CONTRATANTE de que o contrato foi integralmente cumprido e desde que não existam pendências, bem como no caso de extinção deste contrato por culpa exclusiva da CONTRATANTE.

11.10. A garantia de execução contratual independe de eventual garantia de produto prevista no Termo de Referência.



CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO

12.1. É vedada a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

13.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações especificadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nos demais documentos vinculados a esta contratação, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

13.1.1. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo fixado no Termo de Referência desta contratação, os motivos que impossibilitem o cumprimento de prazos previstos, com a devida comprovação.

13.1.2. Atender, nas condições e nos prazos estabelecidos, aos requerimentos e às determinações regulares emitidos pela CONTRATANTE, bem como atender tempestivamente às solicitações de diligências para a regular gestão do contrato, inclusive no caso de eventual reequilíbrio e/ou prorrogação.

13.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à CONTRATANTE ou a terceiros, não reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou ao acompanhamento da execução contratual pela CONTRATANTE, que ficará autorizada a descontar dos pagamentos devidos ou de eventual garantia prestada, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

13.1.4. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

13.1.5. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo fixado no Termo de Referência desta contratação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

13.1.6. Paralisar, por determinação da CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que coloque em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

13.1.7. Manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação no procedimento de contratação.



13.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, em observância ao art. 116 da Lei nº 14.133/2021, bem como as reservas de cargos previstas na Lei Estadual (PR) nº 16.938/2011⁴, na Lei Estadual (PR) nº 18.712/2016⁵ e Lei Estadual (PR) nº 21.926/2024⁶.

13.1.9. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

13.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos constante na proposta apresentada, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los se a previsão inicial da proposta não for satisfatória para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.11. Cumprir, além da legislação vigente nos âmbitos federal, estadual e municipal, as normas de segurança da CONTRATANTE.

13.1.12. Informar, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data de publicação do presente contrato, preposto para representá-la (caso não seja a própria CONTRATADA) na execução e na gestão contratuais, contendo, no mínimo, nome completo, RG, CPF, telefone e e-mail. No caso de alteração desses dados, deverá a CONTRATADA comunicar imediatamente à CONTRATANTE os dados atualizados para os devidos registros, sob pena de ser considerado válido qualquer eventual ato dirigido àquela.

13.1.13. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência.

13.1.14. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais

⁴ Determina a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos contratos de terceirização de serviços públicos.

⁵ Contratação de trabalhadores a partir de consulta ao banco de dados das Agências do Trabalhador do Paraná pelas empresas concessionárias, permissionárias e terceirizadas de serviços públicos estaduais, empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como empresas beneficiadas com programas de fomento no Estado do Paraná.

⁶ Consolida a legislação paranaense relativa aos Direitos da Mulher, criando o Código Estadual da Mulher Paranaense. Em especial, vide: Seção II – Da Reserva de Vagas de Emprego em Empresas Licitantes Junto ao Poder Público Estadual



a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁷ e da Resolução DPG nº 318/2023⁸.

13.1.15. Conduzir a execução do objeto com estrita observância às normas da legislação vigente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

13.1.16. Submeter à CONTRATANTE, previamente e por escrito, para fins de análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

13.1.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho executado por menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos, nem permitir a utilização de trabalho executado por menor de 18 anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

14.1. A CONTRATANTE deve cumprir todas as obrigações especificadas no Termo de Referência e seus anexos, bem como nos demais documentos vinculados a esta contratação, observando, ainda, as obrigações a seguir elencadas:

14.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, conforme disciplinado neste instrumento, no Termo de Referência e nos demais documentos vinculados a esta contratação.

14.1.2. Receber o objeto no prazo e nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

14.1.3. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

14.1.4. Efetuar o pagamento, à CONTRATADA, do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, na forma e nas condições estabelecidas neste contrato e no Termo de Referência.

14.1.5. Decidir expressamente sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução deste ajuste.

⁷ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

⁸ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



14.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do contrato previstas na lei e nas normativas vigentes.

14.1.7. Notificar, quando for o caso, os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

14.1.8. Comprometer-se, por meio de seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiverem acesso durante a vigência contratual, em conformidade com as disposições da Lei nº 13.709/2018⁹ e da Resolução DPG nº 318/2023¹⁰.

14.2. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução deste contrato, nem por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

15.1. A CONTRATADA, por seus representantes, colaboradores e por quaisquer terceiros que por sua determinação participem da execução do objeto deste ajuste, na qualidade de operadora de dados, compromete-se a atuar de modo a proteger e a garantir o tratamento adequado dos dados pessoais a que tiver acesso durante a vigência contratual, bem como a cumprir as disposições da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018 – e demais normas regulatórias aplicáveis, incluindo aquelas emanadas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

15.2. É vedada à CONTRATADA a utilização de todo e qualquer dado pessoal compartilhado em decorrência da execução do presente Contrato para finalidade distinta daquela do objeto e da finalidade deste ajuste, nos termos da Lei nº 13.709/2018.

15.3. A CONTRATADA compromete-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – compartilhados em decorrência da execução presente Contrato, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018, sendo vedado o compartilhamento das informações com outros órgãos, pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou quando admitida subcontratação.

⁹ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁰ Revoga a Resolução DPG nº 052/2021, designa o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais, especifica regras para o procedimento de solicitação de dados pessoais e dá outras providências.



15.4. A CONTRATADA compromete-se a armazenar os dados pessoais compartilhados por força da execução deste Contrato apenas pelo período necessário ao cumprimento da finalidade para a qual foram originalmente coletados e/ou em conformidade com hipóteses legais que autorizam o tratamento.

15.5. A CONTRATADA compromete-se a assegurar que o acesso aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato seja limitado aos empregados, prepostos ou colaboradores e eventuais subcontratados que necessitem acessar os dados pertinentes, na medida em que sejam estritamente necessários para o cumprimento deste Contrato e da legislação aplicável, assegurando que todos esses indivíduos estejam sujeitos a obrigações de sigilo, coletando o devido termo de confidencialidade.

15.6. A CONTRATADA compromete-se a, mediante solicitação da CONTRATANTE, franquear o acesso a documentos e registros razoavelmente necessários para verificação das obrigações previstas nesta Cláusula Quinta.

15.7. A CONTRATADA compromete-se a manter e, quando solicitado pela CONTRATANTE, disponibilizar registro de todas as operações de tratamento realizadas em decorrência deste Contrato, de acordo com o art. 37 da Lei nº 13.709/2018.

15.8. A CONTRATADA deverá adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, observada a natureza dos dados tratados, garantindo também, quando cabível, a rastreabilidade de prova eletrônica a qualquer tempo.

15.9. Ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, as partes comprometem-se a garantir transparência ativa sobre a realização do tratamento de dados pessoais compartilhados por força deste ajuste, devendo publicar o Contrato em seus sítios eletrônicos e nos portais de transparência.

15.10. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, os requerimentos formulados por titulares, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, serão respondidos pela CONTRATANTE, exceto em caso de autorização expressa conferida à CONTRATADA.

15.11. No que diz respeito aos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, a CONTRATADA, ao receber requerimento de um titular, com fulcro nos arts. 18 e ss. da Lei nº 13.709/2018, deve:



- 15.11.1. notificar, por escrito, a CONTRATANTE no prazo de **até 24 (vinte e quatro) horas**;
- 15.11.2. auxiliar, mediante requerimento da CONTRATANTE, na elaboração da resposta, prestando as informações necessárias para tanto, e na adoção das providências cabíveis.
- 15.12. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE **imediatamente** quando tiver notícia de qualquer indício de incidente de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato, endereçando e-mail ou processo administrativo próprio.
- 15.13. A comunicação de eventual indício de incidente de segurança à CONTRATANTE deve ser acompanhada de informações suficientes para investigação, mitigação, reparação dos danos e comunicação à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), devendo conter, **no mínimo**, as seguintes informações:
- 15.13.1. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
 - 15.13.2. as informações sobre os titulares envolvidos;
 - 15.13.3. a indicação das medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados, observados os segredos comercial e industrial;
 - 15.13.4. os riscos relacionados ao incidente;
 - 15.13.5. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata;
 - 15.13.6. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo.
- 15.14. A comunicação de eventual incidente de segurança à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e aos titulares de dados pessoais será realizada pela CONTRATANTE, na condição de entidade controladora.
- 15.15. A CONTRATADA deverá adotar medidas de investigação, mitigação e reparação dos danos decorrentes de incidentes de segurança com dados pessoais compartilhados por força deste Contrato.
- 15.16. A CONTRATADA deverá reembolsar à CONTRATANTE os custos incorridos pela CONTRATANTE para resposta, minimização ou reparação de eventuais incidentes de segurança que tenham como causa a violação das obrigações decorrentes deste Contrato ou da Lei nº 13.709/2018.
- 15.17. Eventual subcontratação, **quando autorizada** pela CONTRATANTE, não exime a CONTRATADA das obrigações decorrentes deste Contrato, permanecendo integralmente responsável mesmo na hipótese de descumprimento dessas obrigações pela Subcontratada.



15.18. Em havendo subcontratação, a CONTRATADA celebrará um contrato por escrito com cada Subcontratada para estabelecer obrigações referentes ao tratamento dos dados pessoais que forneçam, ao menos, o mesmo nível de proteção em relação à garantida no presente Contrato, no que couber.

15.19. Em havendo subcontratação, a eventual Subcontratada exercerá a função de Suboperadora, e seus atos e omissões também serão de responsabilidade solidária da CONTRATADA.

15.20. É vedada a transferência internacional dos dados pessoais compartilhados por força deste Contrato sem o prévio consentimento, por escrito, da CONTRATANTE e a prévia demonstração do respeito à legislação de proteção de dados ou privacidade do(s) país(es) aplicável(is).

15.21. A CONTRATADA deve notificar a CONTRATANTE no prazo de **24h (vinte e quatro horas)**, por escrito, sobre qualquer ordem, emitida por autoridade judicial ou administrativa (incluindo, mas não se limitando à ANPD), que tenha por objetivo obter quaisquer informações relativas ao tratamento de dados pessoais objeto deste Contrato e deverão cooperar com a CONTRATANTE na adoção das providências cabíveis.

15.22. O presente ajuste não modifica ou transfere a propriedade ou o controle sobre os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados durante a execução deste Contrato, que permanecerão sendo de propriedade de seu proprietário originário.

15.23. A CONTRATADA responderá por quaisquer danos, perdas ou prejuízos decorrentes do descumprimento da Lei nº 13.709/2018 e outras normas legais ou regulamentares relacionadas ao direito à proteção de dados pessoais.

15.24. Nas hipóteses de extinção contratual, a CONTRATADA se compromete, por qualquer motivo ou por solicitação da CONTRATANTE, a devolver ou eliminar, conforme o caso, todos os dados pessoais disponibilizados, obtidos ou coletados no âmbito da relação contratual, salvo se houver base legal válida e específica para manutenção de determinadas informações.

15.25. No caso de identificação da necessidade de manutenção de dados pessoais, após o término da finalidade ou da extinção do contrato, a CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito e de modo justificado, a necessidade de manutenção dos dados, indicando:

15.25.1. a base legal que autoriza a manutenção (conforme art. 7º ou art. 11 da Lei nº 13.709/2018);

15.25.2. a finalidade específica para a qual os dados serão mantidos;



15.25.3. o prazo de retenção.

15.26. Após o término do prazo de retenção dos dados pessoais, a CONTRATADA compromete-se a descartá-los de maneira segura, utilizando métodos que impeçam sua recuperação, tais como destruição física ou sobrescrita de mídias digitais, fornecendo à CONTRATANTE, sempre que solicitado, comprovação da eliminação ou anonimização dos dados pessoais, conforme o caso.

15.27. As partes comprometem-se a cooperar mutuamente, fornecendo informações e adotando outras medidas razoavelmente necessárias com o objetivo de auxiliar a outra parte no cumprimento de suas obrigações de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

16.1. As eventuais alterações contratuais reger-se-ão pelas disciplinas da Lei nº 14.133/2021, da Resolução DPG nº 375/2023 e de seu Anexo XIII.

16.2. O objeto da contratação poderá ser alterado pela CONTRATANTE, independentemente de anuência da CONTRATADA, mediante as devidas justificativas, se for necessário acréscimo ou supressão do objeto até o limite máximo de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor inicial atualizado do contrato.

16.2.1. As eventuais supressões que ultrapassarem o limite referido na Cláusula 16.2 poderão ser celebradas mediante acordo entre as partes contratantes.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação do órgão de assessoramento jurídico da CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de **1 (um) mês**.

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples termo de apostilamento, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133/2021 e do art.76 da Resolução DPG nº 375/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. A CONTRATADA que incorrer em infrações cometidas durante o procedimento licitatório ou de contratação direta, na execução contratual e/ou na entrega do objeto sujeita-se às sanções administrativas previstas na Lei nº 14.133/2021, na Deliberação CSDP nº 043/2023¹¹, bem como

¹¹ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa



nas disposições do Instrumento Convocatório e do Termo de Referência desta contratação, sem prejuízo de implicações em outras esferas legais.

17.2. A sanção de **advertência** será aplicada quando configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 18¹² da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.3. A sanção de **impedimento de licitar e contratar** será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave e desde que configurada(s) a(s) hipótese(s) previstas no art. 19¹³ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.4. Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar, caberá, a depender da gravidade, a aplicação de sanção de **declaração de inidoneidade** para licitar e contratar, nos termos do § 1º do art. 19¹⁴ da Deliberação CSDP nº 043/2023.

17.5. A sanção de **multa compensatória** será aplicada ao responsável por qualquer das infrações previstas nos arts. 18 e 19 da Deliberação CSDP nº 043/2023, e não poderá ser inferior a **0,5% (meio por cento)** nem superior a **30% (vinte por cento)** do valor total do contrato ou ata de registro de preços.

17.6. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a CONTRATADA à **multa moratória** calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso.

17.6.1. A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso, a CONTRATANTE poderá converter a multa de mora em multa compensatória e promover a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na legislação.

administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹² “Art. 18. [...] I - descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; II - inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave; III – em caso de conduta que prejudique o andamento do procedimento licitatório ou da contratação”

¹³ “Art. 19. [...] I - der causa à inexecução parcial do contrato, que supere aquela prevista no inciso II do art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo; II - der causa à inexecução total do contrato; III - deixar de entregar a documentação exigida para o certame; IV - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; V - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta; VI - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado; VII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato; VIII - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato; IX - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; X - afastar ou tentar afastar outra licitante por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; XIII - recebimento de condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.”

¹⁴ “Art. 19. [...] §1º Pelas mesmas razões cabíveis para a sanção de impedimento de licitar e contratar caberá, a depender da gravidade, a sanção de declaração de inidoneidade para licitar e contratar.”



17.7. As multas compensatória e moratória podem ser aplicadas à CONTRATADA de maneira isolada ou cumulativa com outras sanções previstas na legislação vigente, independentemente do número de infrações cometidas.

17.8. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação da CONTRATADA de reparação integral do dano causado à CONTRATANTE.

17.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

17.10. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e nos demais sistemas competentes de registro de sanções.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

18.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

18.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a CONTRATANTE, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

18.2.1. Na ocorrência da hipótese descrita na Cláusula 18.2, a extinção ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pela CONTRATANTE com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência da referida data.

18.2.2. Caso a notificação da não continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

18.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, se configurada uma ou mais situações previstas no art. 137¹⁵ da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

¹⁵ “Art. 137. [...] I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos; II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior; III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato; IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado; V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato; VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto; VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas; VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em



- 18.3.1. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir a capacidade da CONTRATADA de concluir o contrato.
- 18.3.2. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 18.4. A extinção do contrato poderá ser:
- 18.4.1. determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
 - 18.4.2. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da CONTRATANTE;
 - 18.4.3. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.
- 18.5. A extinção determinada por ato unilateral da CONTRATANTE poderá acarretar, sem prejuízo das sanções legais e contratuais, as consequências previstas nos arts. 138 e 139 da Lei nº 14.133/2021.
- 18.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:
- 18.6.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - 18.6.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - 18.6.3. indenizações e multas.
- 18.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 18.8. O contrato poderá ser extinto se constatado que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.”



CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1. Qualquer comunicação entre as partes somente terá validade se devidamente formalizada por escrito, por qualquer meio admitido em Direito, desde que confirmado o recebimento pelo destinatário, sem prejuízo do disposto na Cláusula 13.1.12.

18.2. As solicitações previstas neste instrumento contratual deverão ser direcionadas para o e-mail: fiscalizacao@defensoria.pr.def.br (Coordenadoria de Gestão e Fiscalização das Contratações e Convênios).

18.3. Todas as solicitações também poderão ser dirigidas ao Protocolo Geral mediante remessa pelos Correios para o endereço da CONTRATANTE, indicado na primeira lauda deste instrumento contratual, hipótese em que valerá, para efeito de eventual contagem de prazos, a data do recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

19.1. Aplicam-se ao presente instrumento contratual, sobretudo aos casos omissos, as disposições da Lei nº 14.133/2021; da Resolução DPG nº 375/2023 e anexos; da Deliberação CSDP nº 043/2023¹⁶; da Lei Complementar nº 123/2006¹⁷; da Lei nº 13.709/2018¹⁸; da Deliberação CSDP nº 21/2022¹⁹; da Lei nº 8.078/1990²⁰, bem como das demais normas vigentes pertinentes ao objeto desta contratação e, subsidiariamente, das normas e dos princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA PUBLICAÇÃO

20.1. Incumbirá à CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP); no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná; e no Portal da Transparência no sítio oficial da DPE-PR, nos termos do disposto nos arts. 91 e 94 da Lei nº 14.133/2021 e no art. 63, § 4º, da Resolução DPG nº 375/2023.

¹⁶ Dispõe sobre o procedimento de aplicação de sanções administrativas, cobrança administrativa, parcelamentos, compensação, suspensão, inscrição de débitos em Dívida Ativa de cobrança dos débitos resultantes de multa administrativa e cobrança judicial no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

¹⁷ Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte; altera dispositivos das Leis nºs 8.212 e 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, da Lei nº 10.189, de 14 de fevereiro de 2001, da Lei Complementar nº 63, de 11 de janeiro de 1990; e revoga as Leis nºs 9.317, de 5 de dezembro de 1996, e 9.841, de 5 de outubro de 1999.

¹⁸ Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

¹⁹ Disciplina a aplicação da LGPG no âmbito da Defensoria Pública do Paraná.

²⁰ Código de Defesa do Consumidor.



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DO FORO

21.1. Fica eleito o Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR para solucionar eventuais litígios, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam este termo, para que se produzam os necessários efeitos legais.

Curitiba, data da assinatura²¹.

MATHEUS
CAVALCANTI
MUNHOZ:36
017838865

Assinado de forma
digital por MATHEUS
CAVALCANTI
MUNHOZ:36017838865
Dados: 2025.07.22
16:24:11 -03'00'

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO
DO PARANÁ

MARIA SANDRA
ALVES DE
SOUSA:83999957115

Assinado de forma digital
por MARIA SANDRA ALVES
DE SOUSA:83999957115
Dados: 2025.07.22 14:30:25
-03'00'

MARIA SANDRA ALVES DE SOUSA
G A SERVIÇOS DE APOIO
ADMINISTRATIVOS LTDA

TESTEMUNHAS:

Nome/CPF: BRUNO CAMPOS
FARIA:33964698873

Assinado de forma digital por BRUNO
CAMPOS FARIA:33964698873
Dados: 2025.07.22 14:37:33 -03'00'

Nome/CPF: LORENA TERESINHA
FRIGO:00535254938

Assinado de forma digital por LORENA
TERESINHA FRIGO:00535254938
Dados: 2025.07.22 14:37:02 -03'00'

²¹ A data da assinatura corresponde à data em que a CONTRATANTE realizou a assinatura digital.



ANEXO I

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

O Instrumento de Medição de Resultado (IMR) é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis, os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

1. DESCRIÇÃO DOS ITENS AVALIADOS

Para a apuração do IMR, a CONTRATANTE adotará a lista de ocorrências com as gradações contempladas na tabela abaixo: A tabela dos itens avaliados está no apêndice V.

O número de pontos mensais a ser ajustado no pagamento é obtido pela fórmula:

Número de pontos = grau X o número de incidência.

(Ex: ocorreu 5 vezes a ocorrências do item 15 com dois empregados e 2 vezes a ocorrência do item 7 com um empregado, que somadas são = $5*3*2 = 30$ pontos + $2*2*1 = 4$ pontos que somados são = 34 pontos).

Serão considerados para os ajustes no pagamento à CONTRATADA, os seguintes critérios:

- De 1 até 10 pontos - Apenas Notificação de Advertência por e-mail.
- A partir de 11 pontos - Ajuste no pagamento do valor mensal total apurado somando-se todas as gradações.

A faixa de notificação considerará apenas as ocorrências grau 1 e 2.

As ocorrências de grau 3 serão apuradas e glosadas independentemente da pontuação aferida.

Após a aplicação de 03 (três) Notificações de Advertências, consecutivas ou não, na 4ª (quarta) será aplicada a glosa de maior pontuação no período, reiniciando-se novo ciclo de apuração.

A aplicação do valor da glosa apurado se dará no pagamento do mês subsequente ao avaliado.

O ajuste mensal no pagamento à CONTRATADA fica limitado a 4% (quatro por cento) do valor mensal do contrato.

As demais irregularidades contratuais não previstas neste IMR, estarão sujeitas às sanções e das demais penalidades dispostas no instrumento contratual.



2. FORMA DE MEDIÇÃO E PROCEDIMENTOS A SER ADOTADO PELA CONTRATANTE

O fiscal técnico do contrato (DIM) acompanhará continuamente os serviços contratados para aferir se os resultados estão em conformidade com os termos contratados.

Para exercer a fiscalização mencionada no subitem anterior, o fiscal deverá observar as orientações do edital.

Caso as falhas não sejam corrigidas, no fechamento do mês, até o quinto dia útil do mês subsequente a prestação do serviço, juntamente com o ateste mensal, o fiscal técnico (Gestão de Transportes) comunicará o Gestor do Contrato (DFC), relatando todas as ocorrências, bem como instruindo com a documentação necessária, inclusive com a cópia do documento ou e-mail encaminhado à CONTRATADA.

O Gestor (DFC) comunicará o preposto da CONTRATADA para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da comunicação, apresente as justificativas e/ou a solução das falhas apontadas.

A defesa da CONTRATADA deverá ser encaminhada como anexo, via e-mail do gestor, respeitados os prazos estipulados.

Apresentada a manifestação ou transcorrido o prazo sem qualquer justificativa por parte da CONTRATADA, o Gestor do Contrato analisará sobre a necessidade ou não de outras diligências, encaminhando, quando necessário, ao fiscal do contrato através de e-protocolo;

Após a verificação de cumprimento das etapas e elucidação dos fatos, o Gestor do Contrato informará à contratada sobre a tramitação e eventual valor a ser glosado.

Com o parecer, os autos serão encaminhados ao Supervisor do Gestor do Contrato que decidirá pela aplicação ou não da glosa proposta.

Decidido, os autos retornarão ao Gestor do Contrato para as anotações e comunicações devidas. Uma vez comunicada sobre a aplicação de glosa, os autos serão encaminhados à unidade financeira para o ajuste no pagamento.

INDICADOR 01 – CUMPRIMENTO DOS PRAZOS ESTABELECIDOS	
Item	Descrição
Finalidade	Cumprir os prazos estabelecidos
Meta a cumprir	Realizar o pagamento de diárias dentro do prazo estabelecidos e de acordo com cada situação;



	Substituir na falta ou impedimento do profissional em até 02 horas; Responder às solicitações da DPE/PR em até 01 dia útil;
Instrumento de medição	Registro de ocorrências
Forma de acompanhamento	Planilha de controle
Periodicidade	Por solicitação enviada à contratada.
Mecanismo de cálculo	Soma das quantidades de ocorrências registradas de acordo com o prazo estabelecido.
Início de Vigência	A partir da publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada situação apontada GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00 NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 10 Pontos: Notificação 11 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento
Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a falta de cumprimento dos prazos. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

INDICADOR 02 – QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS	
Item	Descrição
Finalidade	Garantir que os serviços de motoristas sejam prestados com qualidade e de acordo com o contrato
Meta a cumprir	Garantir o cumprimento completo e com alta qualidade de todas as disposições contidas no instrumento contratual, incluindo a estrutura da contratada, condições, atribuições e exigências funcionais.
Instrumento de medição	Registro de ocorrências
Forma de acompanhamento	Acompanhamento pelo Fiscal do Contrato e relatório de qualidade dos serviços prestados
Periodicidade	Por solicitação atendida ou não



Mecanismo de cálculo	Soma das quantidade de ocorrências registradas
Início de Vigência	A partir da publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada situação apontada GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00 NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 10 Pontos: Notificação 11 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento
Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a falta de qualidade dos serviços prestados. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

INDICADOR 03 – SEGURANÇA NA CONDUÇÃO DOS VEÍCULOS	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar a segurança de todos que utilizam os veículos
Meta a cumprir	Manter motoristas que cumpram com a legislação de trânsito, garantindo a segurança de todos.
Instrumento de medição	Registro de ocorrências
Forma de acompanhamento	Apontamento dos fatos pelos usuários
Periodicidade	A partir do início da vigência contratual.
Mecanismo de cálculo	Soma das quantidades de ocorrências registradas
Início de Vigência	A partir da publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada situação apontada GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00



	NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 10 Pontos: Notificação 11 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento
Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar os apontamentos. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

INDICADOR 04 – CONTROLE DE PAGAMENTOS	
Item	Descrição
Finalidade	Assegurar o pagamento pontual dos salários e demais verbas devidas aos contratados.
Meta a cumprir	Pagamento pontual aos motoristas de seus salários, horas extras, diárias e quaisquer outras verbas devidas.
Instrumento de medição	Recibos de pagamentos
Forma de acompanhamento	Controle dos pagamentos
Periodicidade	A partir do início da vigência contratual.
Mecanismo de cálculo	Soma das quantidade de ocorrências registradas
Início de Vigência	A partir da publicação do extrato do Termo de Contrato no Diário Eletrônico da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
Faixas de ajuste no pagamento	1 (uma) ocorrência equivale a cada situação apontada GRAU 1 - R\$ 50,00 GRAU 2 - R\$ 150,00 GRAU 3 - R\$ 250,00 NOTIFICAÇÃO APENAS PARA AS OCORRÊNCIAS DE GRAU 1 E 2 GRAU 3 GLOSADAS INDEPENDENTE DA PONTUAÇÃO 1 a 10 Pontos: Notificação 11 Pontos ou mais: Ajuste no pagamento



Sanções	DESCONTO MENSAL FICA LIMITADO A 4% DO VALOR MENSAL DO CONTRATO APÓS 3 ADVERTÊNCIAS, NA QUARTA SERÁ APLICADA A GLOSA DE MAIOR PONTUAÇÃO E INICIA NOVO CICLO.
Observações	A contratada terá 5 dias úteis para justificar a situação de não pagamento dentro do prazo correto. Elucidados os fatos, em caso de glosas serão encaminhados os autos para parecer da autoridade competente para decidir ou não acerca da aplicação.

OCORRÊNCIAS MENSAIS DAS AÇÕES PREVISTAS NESTE IMR

Item	OCORRÊNCIA	Grau-- pontos	Incidência	VERIFIC ADA	Qtde- Ocorrênci as	Qtde- Emprega dos	Qtde- Dias	Qtde- Itens	Qtde- Postos	Fórmula-- PONTOS	VALOR- GLOSA	AÇÃO-DO- GESTOR
1	Deixou de atender solicitação dos servidores responsáveis, cumprir determinação formal ou instrução complementar atinente a não aceitação dos serviços prestados, de acordo com o ora pactuado?	1	Por ocorrência							0	R\$-50,00	
2	Deixou de entregar o uniforme especificado e quantificado, bem como aparelho de celular com acesso a mensagens (para uso exclusivo em serviço) a empregado nas condições especificadas em contrato?	1	Por empregado							0	R\$-50,00	
3	Deixou de orientar os empregados acerca das normas de segurança do trabalho e legislação de trânsito, mediante ofício ou cartilha no início da vigência contratual e, posteriormente, quando houver alguma alteração significativa?	1	Por empregado							0	R\$-50,00	
4	Reclamações dos usuários sobre os motoristas, incluindo relatos detalhados dos fatos ocorridos (pequenos atrasos)?	1	Por ocorrência				1			0	R\$-50,00	



5	Deixou de responder ou esclarecer dúvidas (por e-mail, mensagens ou ligações) aos servidores responsáveis da DPE/PR referente a execução contratual	1	Por ocorrência								0	R\$-50,00	
6	Permitiu a presença de empregado não-uniformizado ou com uniforme manchado, sujo, mal-apresentado ou sem crachá de identificação funcional	1	Por ocorrência								0	R\$-50,00	
7	Deixou de observar as regras da DPE/PR quanto a assiduidade dos funcionários, causando atrasos na agenda dos motoristas	1	Por ocorrência								0	R\$-50,00	
8	O motorista deixou de entregar as chaves do veículo, causando atrasos nas agendas	1	Por ocorrência								0	R\$-50,00	
9	Utilizou as dependências do CONTRATANTE para fins diversos do objeto do contrato?	2	Por ocorrência								0	R\$-150,00	
10	Reclamações dos usuários sobre os motoristas, incluindo relatos detalhados dos fatos ocorridos (atrasos, veículos sujos).	2	Por ocorrência								0	R\$-150,00	
11	Retirou das dependências do CONTRATANTE qualquer veículo, equipamento ou material que não seja de sua propriedade ou que esteja previsto em contrato, sem autorização prévia do gestor/fiscal?	2	Por item e por Ocorrência								0	R\$-150,00	
12	Deixou de proceder à substituição de empregado no prazo estipulado em contrato?	2	Por empregado e por dia								0	R\$-150,00	
13	Deixou de efetuar o depósito dos valores das diárias, com a antecedência solicitado em contrato, a fim de garantir que os funcionários possuam os recursos para custeio de alimentação e hospedagem	2	Por ocorrência e por dia de atraso								0	R\$-150,00	
14	Deixou de encaminhar Carta de Apresentação ao fiscal no dia da eventual substituição ou alocação de novo funcionário?	2	Por empregado								0	R\$-150,00	
15	Deixou de apresentar ou não mantém preposto	3	Por ocorrência								0	R\$-250,00	
16	Deixou de efetuar a cobertura de posto vago por período igual ao de uma jornada de trabalho, de acordo com o ora pactuado?	3	Por posto de trabalho e por dia								0	R\$-250,00	
17	O motorista contratado cometeu infração de trânsito considerada grave, sendo displicente com relação ao cumprimento das regras de trânsito, não zelando pela segurança de passageiros, pedestres e outros veículos em circulação	3	Por ocorrência								0	R\$-250,00	
18	Reclamações dos usuários sobre os motoristas, incluindo relatos detalhados dos fatos ocorridos	3	Por ocorrência										



	(longos atrasos, veículos muito sujos, cheiro de cigarro). <input type="checkbox"/>											
19	Contratou pessoa que não preencha os requisitos mínimos exigidos no contrato? <input type="checkbox"/>	3	Por empregado e por dia <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	R\$-250,00	<input type="checkbox"/>
20	Permitiu a presença de empregado cuja substituição foi solicitada pelo CONTRATANTE? <input type="checkbox"/>	3	Por empregado e por dia <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	R\$-250,00	<input type="checkbox"/>
21	Permitir situação de conflitos, por imprudência ou negligência, que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, para os empregados ou para terceiros <input type="checkbox"/>	3	Por ocorrência <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	R\$-250,00	<input type="checkbox"/>
22	Deixou de orientar seus profissionais a manter o zelo com todo o patrimônio colocado à disposição para o serviço, tanto com a inspeção periódica dos veículos oficiais, quanto os recursos transportados. <input type="checkbox"/>	3	Por ocorrência <input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0	R\$-250,00	<input type="checkbox"/>
23	O pagamento dos funcionários não foi efetuado dentro do prazo estabelecido. <input type="checkbox"/>	3	Por ocorrência e por dia de atraso <input type="checkbox"/>	0	R\$-250,00	<input type="checkbox"/>						



Nota de Reserva

Encerrado até Maio

Identificação

Unidade Gestora 076000 - FADEP	Documento 2025NR000167	Emissão 14/07/25
Tipo de Reserva PRÉ EMPENHO	Tipo Alteração	NR Original Valor 238.591,91

Detalhamento

Unidade Orçamentária	0760 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná
SubUnidade	00000 - 0 - Não definido
Programa de trabalho	F.03.061.24. 8009 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná FUNDEP
Identificador Exercício Fonte	1 - Recursos do Exercício Corrente
Fonte	501 - Outros Recursos não Vinculados
Marcador de Fonte	0000 - SEM MARCADOR
Tipo de Detalhamento de Fonte	1 - COM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000250 - Diretamente Arrecadado - Receita da Administração Indireta
Natureza	339037 - Locação de Mão-de-Obra
Região Intermediária	4100 - Estado
Município	9999999 - Não informado
Meta Obra	0 - Não definida
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
LME	30 - Serviço e Utilities
Processo	25.0.000005347-6

Observação

Contratação de serviço continuado de motorista.
ARP 027/2025
G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIREL
CNPJ: 03.637.812/0001-30

Dados de Autenticidade



A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo:
<https://www.siafic.pr.gov.br/Siafic/downloadSignature?token=8dd469a992d04ad780a185e878347ae0>

Assinatura

Assinado digitalmente por:
00832318973 - LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
Data de assinatura: 14/07/2025 13:30:23





Nota de Reserva

Encerrado até Maio

Identificação

Unidade Gestora 076000 - FADEP	Documento 2025NR000168	Emissão 14/07/25
Tipo de Reserva PRÉ EMPENHO	Tipo Alteração	NR Original Valor 53.472,49

Detalhamento

Unidade Orçamentária	0760 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná
SubUnidade	00000 - 0 - Não definido
Programa de trabalho	F.03.061.24. 8009 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná FUNDEP
Identificador Exercício Fonte	1 - Recursos do Exercício Corrente
Fonte	501 - Outros Recursos não Vinculados
Marcador de Fonte	0000 - SEM MARCADOR
Tipo de Detalhamento de Fonte	1 - COM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000250 - Diretamente Arrecadado - Receita da Administração Indireta
Natureza	339037 - Locação de Mão-de-Obra
Região Intermediária	4100 - Estado
Município	9999999 - Não informado
Meta Obra	0 - Não definida
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
LME	30 - Serviço e Utilities
Processo	25.0.000005347-6

Observação

Contratação de serviço continuado de motorista - horas extras.
ARP 027/2025
G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIREL
CNPJ: 03.637.812/0001-30

Dados de Autenticidade



A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo:
<https://www.siafic.pr.gov.br/Siafic/downloadSignature?token=f4244aac51ca45fbb761b33c506ecfe9>

Assinatura

Assinado digitalmente por:
00832318973 - LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
Data de assinatura: 14/07/2025 13:30:23





Nota de Reserva

Encerrado até Maio

Identificação

Unidade Gestora 076000 - FADEP	Documento 2025NR000169	Emissão 14/07/25
Tipo de Reserva PRÉ EMPENHO	Tipo Alteração	NR Original 117.987,10

Detalhamento

Unidade Orçamentária	0760 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná
SubUnidade	00000 - 0 - Não definido
Programa de trabalho	F.03.061.24. 8009 - Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná FUNDEP
Identificador Exercício Fonte	1 - Recursos do Exercício Corrente
Fonte	501 - Outros Recursos não Vinculados
Marcador de Fonte	0000 - SEM MARCADOR
Tipo de Detalhamento de Fonte	1 - COM DETALHAMENTO
Detalhamento de Fonte	000250 - Diretamente Arrecadado - Receita da Administração Indireta
Natureza	339093 - Indenizações e Restituições
Região Intermediária	4100 - Estado
Município	9999999 - Não informado
Meta Obra	0 - Não definida
Emenda Parlamentar	E0000 - Não definida
LME	40 - Finalístico
Processo	25.0.000005347-6

Observação

Contratação de serviço continuado de motorista - Diárias
ARP 027/2025
G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIREL
CNPJ: 03.637.812/0001-30

Dados de Autenticidade



A autenticidade deste documento pode ser verificada por meio do endereço eletrônico abaixo:
<https://www.siafic.pr.gov.br/Siafic/downloadSignature?token=800dc2b95b8b444e97ecd9ec1afb81c3>

Assinatura

Assinado digitalmente por:
00832318973 - LUCIANO BONAMIGO DE SOUSA
Data de assinatura: 14/07/2025 13:30:23





DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

DOE nº 851
Disponibilização: 23/07/2025
Publicação: 23/07/2025

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mateus Leme, 1908 - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-010 - Curitiba - PR - <https://www.defensoriapublica.pr.def.br/>

EXTRATO

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2025

SEI 25.0.000005987-3 - ARP 027/2025 (25.0.000005347-6) - PE 90018/2025 (25.0.000000700-8).

Partes: Defensoria Pública do Estado do Paraná (DPE/PR) e G A SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVOS EIRELI.

Objeto: Prestação de serviços contínuos de condução de veículos leves, utilitários e vans por motoristas habilitados, com dedicação exclusiva de mão de obra, para atender às necessidades da DPE-PR.

Vigência: 12 (doze) meses, excluído o dia do termo final, contado de 29 de agosto de 2025. Assim, a vigência deste termo é 29 de agosto de 2025 a 28 de agosto de 2026, prorrogável na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

Valor: O total máximo estimado, resultante da soma dos valores indicados nas Cláusulas 7.1.1, 7.1.2 e 7.1.3, é de R\$ 1.201.095,72 (um milhão, duzentos e um mil, noventa e cinco reais e setenta e dois centavos).

Dotação Orçamentária: 0760.03.061.24.8009 / 50 / 3.3 – Fundo da Defensoria Pública - FUNDEP / Recursos Livres (não vinculados) / Outras Despesas Correntes. Fonte de Recursos: 501 - Outros Recursos não Vinculados (250). Detalhamento: 3.3.90.37.08 Motoristas, 3.3.90.37.08 Motoristas / Horas-Extras e 3.3.90.93.10 Restituições de Despesas Administrativas / Diárias de motoristas subcontratados

MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ

Defensor Público-Geral do Estado do Paraná



Documento assinado digitalmente por **MATHEUS CAVALCANTI MUNHOZ, Defensor Público-Geral do Estado do Paraná**, em 22/07/2025, às 16:30, conforme art. 1º, III, "a", da Lei 11.419/2006.

Nº de Série do Certificado: 7893721704094571265



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.defensoria.pr.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0124349** e o código CRC **C63EF01C**.